



CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ - MG

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Vereador Euler Braga

e-mail: vereadoreulerbraga@camaraunai.mg.gov.br

Of. N.º 241/2009 – GAB/PSDB/EB

Unai-MG, 5 de maio de 2009.

*JUN 12-2009, AO PROJETO
LEI, EM 06.05.09.*

Senhor Presidente,

Com minha cordial e respeitosa visita, venho à ilustre presença de Vossa Excelência encaminhar-lhe, para que seja anexado ao projeto de lei que regulamenta a pesca no Rio Preto e seus afluentes, pareceres de constitucionalidade.

Sendo o que consta para o momento, despeço-me e aproveito a oportunidade para reiterar votos de crescente admiração.

Atenciosamente,

VEREADOR EULER BRAGA
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Ilton Campos
Presidente da Comissão de Legislação e Justiça
Câmara Municipal de Unai
Unai-MG

PROTÓCOLO OFICIAL

06-Mai-2009-15:34-000779-1/2

" A COMPETENCIA DOS MUNICIPIOS EM MATERIA AMBIENTAL "

DENISE BARBOSA SOBREIRA

Procuradora do Município de Fortaleza/CE

SUMÁRIO

I - MEIO AMBIENTE. CONCEITO E FUNDAMENTOS.

II - AUTONOMIA MUNICIPAL E COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA AMBIENTAL.

I. MEIO AMBIENTE.

CONCEITO E FUNDAMENTOS.

O conceito jurídico de meio ambiente, referido na Lei Federal nº 6.938/ 81, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, contido no seu art. 3º é "o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas". Referindo-se esta lei ao meio ambiente como conjunto de leis, são elas que, em princípio, exprimem o interesse público e que disciplinam o comportamento do homem no seu habitat. A lei ao ordenar o comportamento do homem está garantindo os seus direitos.

As leis que disciplinam a proteção, defesa, conservação e recuperação do meio ambiente pretendem garantir o meio ambiente sadio, como um dos direitos assegurados ao homem.

O meio ambiente que se pretende assegurar é o meio ambiente sadio e o fundamento deste direito está esculpido primordialmente na Constituição Federal que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225 da C.F.), em leis infraconstitucionais, como a Lei Federal nº 6.983/81 que pretende garantir o direito ao meio ambiente de maneira sadia e na prevalência sempre do interesse público sobre o particular.

O meio ambiente é tratado pela Constituição, de maneira inédita, como um direito de todos, bem de uso comum do povo, e essencial à sadia qualidade de vida.

Até o advento da nova Constituição Federal, o meio ambiente era garantido por disposições comuns e se caracterizavam pela tutela da segurança ou higiene do trabalho, por proteção de alguns aspectos sanitários ou por cuidarem de algumas atividades industriais insalubres ou perigosas. A feição publicista dada ao meio ambiente veio com a adoção pela Carta Magna da moderna concepção social do Estado e dos direitos do cidadão frente a sua função essencialmente social, podendo, com base nessa nova visão constitucional do Estado, haver limitações a determinados direitos fundamentais, especialmente os que cuidam da propriedade e da livre iniciativa econômica, em função de proteger uma melhor qualidade de vida.

Vê-se tal tendência mesmo no Preâmbulo da Constituição Federal quando instituiu um Estado Democrático destinado a assegurar à sociedade brasileira, entre outros

direitos, o de bem-estar, o que implica em um Estado que desenvolva atividades no sentido do homem se sentir em perfeita condição física ou moral, com conforto de saúde e em harmonia com a natureza, exigindo-se, para o bem-estar do ser humano, a existência de um meio ambiente livre de poluição e de outras situações que lhe causem danos.

A promoção do bem-estar de todos como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil obriga a que os administradores públicos tenham um comportamento vinculado a esse preceito constitucional o que por consequência, implica na obrigatoriedade de se proteger o meio ambiente.

II. AUTONOMIA MUNICIPAL E COMPETÊNCIA DOS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA AMBIENTAL

"O município, dentro de sua autonomia constitucional para legislar em matéria administrativa, e para atuar, em consequência, no exercício de seu poder de polícia, pode restringir liberdades e até mesmo a propriedade, em benefício da coletividade local visando proteger a saúde, o meio ambiente e até mesmo a vida dos munícipes. Pode e deve, posto que se trata aí do desenvolvimento do princípio do poder-dever do administrador público" (Toshio Mukai, RDP 79/125).

Uma das características do Estado Federado é a descentralização política ou repartição constitucional de competências. Nesse sentido a Constituição Federal descentralizou as competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em razão da autonomia de cada ente federado.

O legislador constituinte repartiu entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios as várias competências do Estado Brasileiro e entre esses também repartiu as atribuições relacionadas ao meio ambiente.

O Município como ente federado, conforme expressa o art. 1º da carta Magna, é portador de autonomia, decorrente da capacidade de eleger o seu chefe do Executivo e os representantes do Poder Legislativo local, além de ofertar-lhes uma administração própria no que diz respeito aos seus peculiares interesses. Também como ente federado é obrigado a efetivar os princípios fundamentais do Estado Brasileiro enunciados no art. 3º da Carta Maior.

A integração dos Municípios no Estado Federado à partir da atual Constituição, reconhece a capacidade dos Municípios de se auto-organizarem, elaborando, eles próprios, a sua Lei Orgânica, ampliando suas competências que até então lhes eram outorgadas. Essa autonomia municipal assenta-se em várias capacidades próprias do Município, entre elas a capacidade normativa própria, ou capacidade de auto-legislação, mediante a competência de elaboração de leis municipais sobre áreas que são reservadas à sua competência exclusiva e suplementar.

A autonomia municipal se circunscreve, na concepção constitucional hoje vigente, no âmbito do território a que está sediado, como uma síntese de fatores sociais e econômicos, revelando-se, assim, como forte expressão política e jurídica. O Município "desempenha atividades de caráter local, a que se inserem no contexto geral do desenvolvimento e bem-estar nacionais" (Diomar Filho, in Autonomia Municipal na nova Constituição, Rev Tribunais, 1977, set. 1988, vol. 635, pg. 37).

São competentes para legislar, de forma concorrente, sobre meio ambiente a União, os Estados e o Distrito Federal, nos termos do art. 24, VI, VII e VIII da

Constituição Federal. É competente, em comum com aqueles que podem legislar o Município (art. 23, II, III, VI, VII da Constituição Federal). São conferidos ao poderes públicos federal, estadual, distrital e municipal, os deveres de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações (art. 225 da Constituição Federal), legislando, aplicando a lei e fiscalizando o seu cumprimento.

Observa-se, dessa divisão expressa de competências, que ao Município compete prover, defender e preservar o meio ambiente nos termos do art. 23 e 225 da Constituição Federal.

Nos termos do art. 30 da Carta Magna, o Município é ente federado com autonomia política para dispor sobre todas as questões relacionadas ao interesse local. A par dessa competência a Constituição Federal expressa e enumera outras, nos incisos III a IX do art. 30 e no art.156. Possui, frise-se, ainda, competências comuns, elencadas no art. 23 e competências expressas, utilizáveis concorrentemente com os demais Poderes Públicos, nos termos do art.225, para dispor sobre proteção ambiental.

"Art. 30: Compete aos Municípios:

I- legislar sobre assuntos de interesse local;

II- suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Comprovando-se o predominante interesse local, da exegese destes dispositivos constitucionais, pode-se estabelecer normas municipais sobre o meio ambiente, vez que compete ao Município zelar por assuntos de preponderante interesse local, nestes incluindo-se a preservação do meio ambiente e seu aproveitamento de maneira racional.

É o "interesse local" que definirá a competência municipal nas questões ambientais em consonância com a competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal em legislar sobre proteção ao meio ambiente.

Interesse local, conforme nos ensina o Prof. Hely Lopes Meirelles "se caracteriza pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau e não de substância". (in *Direito de Construir*, 6a ed.,1993, pág.120, ed. Malheiros).

O que define e caracteriza o "interesse local" é a predominância do interesse à atividade local sobre o do Estado e da União. Quando essa predominância tocar ao Município, a ele cabe regulamentar a matéria, como assunto de seu interesse local. Assim, os assuntos de interesse local surgem em todos os campos em que o Município atue com competência explícita ou implícita.

Assim, sempre que, a despeito da competência da União ou do Estado para disciplinar determinada matéria em âmbito federal ou regional estiver presente o interesse local, cabe a atuação legislativa do Município.

O Município, de fato, foi excluído do dispositivo constitucional que expressamente permite legislar sobre proteção ambiental (art. 24, da C.F.). Contudo, diante da interpretação sistemática da Constituição Federal (arts. 23, 30, I e II e 225) é competente, em comum, com os demais poderes para prover, respeitando os limites de sua autonomia, sobre o meio ambiente.

O Município além de cumprir as legislações federais e estaduais pode e deve legislar para atender ao interesse eminentemente local.

"Concorrentemente com a União e os Estados, os Municípios podem exercer a fiscalização do equilíbrio ecológico e, em decorrência, aplicar sanção" (RE n ° 75.009 - SP, 14a Turma, v.u., STF, in RTJ 63/ 858).

Sobre a competência do Município em legislar sobre matéria ambiental quando presente o interesse local, veja:

"Muitas, entretanto, são as atividades que, embora tuteladas ou combatidas pela União e pelos Estados-Membros deixam remanescer aspectos da competência local, e sobre os quais o Município não só pode como deve intervir, atento a que a ação do Poder Público é sempre um poder-dever. Se o Município tem o poder de agir em determinado setor, para amparar, regulamentar ou impedir uma atividade útil ou nociva à coletividade, tem, correlatamente, o dever de agir, como pessoa administrativa que é, armada de autoridade pública e de poderes próprios para a realização de seus fins." (Hely Lopes Meirelles, ob. cit. pg.121).

Assim os assuntos de interesse nacional ficam sujeitos à regulamentação e policiamento da União; as matérias de interesse regional sujeitam-se às normas e à polícia estadual; e os assuntos de interesse local ao policiamento administrativo municipal. Assim também é que, embora a competência legislativa sobre meio ambiente seja expressamente da União e dos Estados, o Município, ao identificar seu interesse local, pode exercer sua competência através do exercício do poder de polícia ambiental e editar normas locais objetivando garantir a saúde e o bem-estar de sua população.

Paulo Affonso Leme Machado nos ensina que "a competência natural dos Municípios é a de legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I C.F.) e, nesses assuntos, o meio ambiente pode estar incluído toda vez que a questão ambiental não for geral e/ ou nacional ou regional (...) Inconteste, também, que os Municípios poderão legislar supletivamente sobre o meio ambiente, desde que se sujeitem às regras do art. 24. §§ 1º, 2º, 3º, e que a suplementação das leis federais e estaduais tenham, relação com o interesse local" (in Direito Ambiental Brasileiro, 2a ed., São Paulo, Revista dos tribunais,1989, pg.103).

A competência do Município na proteção ambiental é decorrente e limitada pelo interesse local, entendido como predominante interesse comparado ao do Estado ou da União.

BIBLIOGRAFIA

- DI PIETRO, MARIA SYLVIA ZANELLA, Direito Administrativo, 5a edição,Ed. Atlas S.A., 1995..
- MEIRELLES, HELY LOPES, Direito Administrativo Brasileiro, 21a ed., atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho, ed. Malheiros,1996.
- AFONSO DA SILVA, JOSÉ, Curso de Direito Constitucional Positivo, 6a ed., 2a Tiragem, ed. Revista dos Tribunais,1990.

BONAVIDES, PAULO, Curso de Direito Constitucional, 6a edição, ed. Malheiros, 1994.

MEIRELLES, HELY LOPES, Direito de Construir, 6a edição atualizada por Eurico de Andrade Azevedo, ed. Malheiros, 1994.